

**ABORDAGEM SOCIOLÓGICA
E COMUNICACIONAL DO DISCURSO (ASCD)⁵³:
LEITURA CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA
DO POBRE SEGUNDO O GOVERNO FEDERAL,
A VEJA E A CUFA**

Rodrigo Slama Ribas (UFRN)

rodrigo_slama@hotmail.com

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFRN/UFS)

cleidepedrosa@oi.com.br

1. Introdução

Dinheiro, recursos financeiros, capital. O problema da exclusão social causada pela pobreza (extrema ou não) é solucionável apenas com distribuição de renda? Essa é uma questão que tem norteado muitos trabalhos em diversas áreas da academia e que, com o auxílio de análises acuradas a respeito do funcionamento do discurso, pode nos servir de mote para compreender as idiossincrasias do discurso em sociedade.

Com isso em mente, este trabalho analisará três textos⁵⁴, de três esferas distintas que abordam questões relativas ao pobre e à pobreza. São os discursos do governo federal; da mídia, representada pela revista *Veja*, a mais vendida do país; e da Central Única das Favelas, doravante CUFA, que se apresenta como representante das classes menos abastadas, os moradores de periferia.

Parte de uma dissertação de mestrado previamente intitulada *A re(a)presentação da pobreza brasileira: análise crítica dos discursos do governo, da mídia e da representação do pobre*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, este trabalho é uma amostra de como o tema é abordado nos três segmentos da sociedade apresentados e se propõe a fazer uma reflexão sobre o possível impacto que determinadas articulações discursiva podem causar, uma vez que textos estabelecem as posições tomadas pelos sujeitos (FAIRCLOUGH, 2008).

⁵³ Para conhecer mais textos sobre ASCD, visite o site <<http://www.ascd.com.br>>. Também postamos artigos de pesquisadores que trabalham com ACD (ADC).

⁵⁴ Por questões de formatação, não foi possível anexá-los.

Os textos considerados para este trabalho foram selecionados de acordo com o recorte da dissertação, cuja seleção de corpus dá no primeiro semestre de 2012. Assim, do site oficial do Programa Brasil Sem Miséria (<http://www.brasilsemmiseria.gov.br>), do governo federal, temos o texto intitulado “Dilma: tarefa mais importante do governo é acabar com a miséria”; da versão impressa da revista *Veja*, ed. 2269, de 16/4/2014, “O ralo dos impostos”; e do blog da CUFA do Maranhão (<http://cufariachao-ma.blogspot.com.br/>), o texto “CUFA promove curso de qualificação profissional em parceria com o SENAI em Riachão”.

Como aporte teórico, foram considerados os preceitos da abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD), como vistos em Pedrosa (2012), que, dentre questões que serão adiante ponderadas, vale-se dos estudos sociológicos de Bajoit (2006), e das categorias do sistema de avaliatividade da linguística sistêmico-funcional, como proposto por Martin & White (2005), que subsidiarão a análise linguística.

2. *A abordagem sociológica e comunicacional do discurso: teoria e método*

A abordagem sociológica e comunicacional do discurso se configura como uma corrente da análise crítica do discurso (ACD), que se prontifica, dentre outras coisas, a “investir em estudos identitários, articulando as identidades sociais e individuais” (PEDROSA, 2012) se ancorando nos estudos das mudanças sociais presentes em Bajoit (2006), na Comunicação para a mudança social de Navarro-Díaz (2010) e nos Estudos Culturais.

Deste modo, a ASCD se apresenta como o principal aporte teórico para que seja possível fazer emergir as representações da pobreza feitas pelo governo federal, pela *Veja* e pela CUFA no *corpus* selecionado para este trabalho. Nossa proposta é caminhar por questões relacionadas à identidade individual (MEDEIROS, 2009) e à identidade coletiva dos pobres (BAJOIT, 2009), o que nos ajudará a identificar a relação entre os enunciadores e a ideologia, especialmente verificando se eles aquiescem ou refutam a nova forma com que os que vivem em situação de pobreza e miséria têm sido tratados nos últimos anos, ou seja, como responsáveis pela movimentação da economia, como consumidores.

A ASCD se apresenta, de acordo com Pedrosa (2012), como uma genuína abordagem brasileira, a primeira que dialoga com as outras a-

bordagens da ACD e outras áreas do conhecimento. Isso se dá por seu caráter ser, evidentemente, transdisciplinar, mas é importante que uma pequena ressalva seja feita: apesar de dialogar com frequência com a abordagem social de Norman Fairclough, a abordagem sociológica e comunicacional do discurso não pode com ela ser confundida, haja vista a corrente brasileira beber em outras fontes diversas da corrente britânica, fato que, por si só, já estabelece diferença epistemológicas.

Porém, como metodologia de análise, nos baseamos na proposta de Fairclough (2006), que, basicamente, consiste na análise do evento social (ou do texto propriamente dito) e da sua relação com a prática social (entre outras coisas, as relações de poder estabelecidas nos momentos semióticos dos rituais discursivos associados a instituições e organizações específicas) e com a estrutura social (ou a linguagem, meio pelo qual as normas e os códigos sociais são estabelecidos com a finalidade de orientar os agentes sociais). Nesse conceito de análise é imprescindível ter em mente que a ACD faz análise crítica do discurso por via de textos, e entende que a linguagem é irredutível das práticas sociais.

Ao mesmo tempo, a avaliatividade pode se dar a partir de três recursos. São eles: a) Atitude, que, de acordo com Martin e White (2005), é responsável pela emoção, e se divide em três subcategorias, *afeto*, *juízo* e *apreciação*; b) Gradação, que engloba questões que atenuam ou asseveram sentidos valorativos (SOUZA, 2011); e c) Engajamento, que negocia os sentidos de valor através da expansão ou redução do potencial dialógico.

Para analisar textualmente o discurso do governo federal, da mídia, e da representação da pobreza através de suas categorias léxico-gramaticais utilizaremos o sistema de avaliatividade da linguística sistêmico-funcional, especialmente as categorias do subsistema de Atitude e Gradação. A escolha por este viés teórico é respaldada pelo objetivo geral desta pesquisa, que visa a identificar a forma com que a imagem do pobre e da pobreza é retratada e refratada nos três domínios discursivos citados.

A partir da avaliatividade, com as categorias que este sistema possui, faremos a análise textual, primeiro passo da metodologia de análise proposta por Fairclough (2006), adotada para este trabalho. Assim o faremos porque entendemos que a análise social é o real foco da ACD e, conseqüentemente, da ASCD, no entanto necessita de uma ancoragem na efetiva produção discursiva, ou seja, no texto para esmiuçar a materialidade

dade linguística e a partir dela demonstrar como os laços sociais são estabelecidos e como as mudanças sociais ocorrem a partir de entrelaçamentos textuais, produto de escolhas e re(a)apresentações dos sujeitos sociais.

3. *Por que estudar o discurso sobre a pobreza?*

A miséria ganhou um grande enfoque ultimamente no Brasil. Os últimos governos deram importância a este problema social em seus discursos e práticas, e, ainda que a sociedade tenha evoluído junto com a tecnologia, ainda não se conseguiu acabar com a pobreza e a exclusão social causada pela própria maneira como as sociedades se organizaram ao longo dos séculos.

Neste país, o combate à pobreza extrema foi a principal bandeira da candidata e atual presidenta da república, Dilma Rousseff – que, obviamente, dizia querer continuar os projetos de Lula, o que nos permite entender que o discurso de combate à miséria era/é uma tendência governamental/política/partidária –, o que proporcionou uma maior divulgação do tema para o grande público, pois, mesmo que ele fosse presente na vida das pessoas, teve sua importância renovada por ser tratado e retratado rotineiramente no discurso governamental com ênfase ainda maior do que a dada pelas políticas públicas anteriores.

Santos (2002) afirma que, com o passar do tempo, a pobreza vai se alastrando. Nos últimos trinta anos, a desigualdade da distribuição de renda no mundo aumentou alarmantemente. No Brasil, “o contingente de pessoas em extrema pobreza totaliza 16,27 milhões de pessoas⁵⁵, o que representa 8,5% da população total” (BRASIL, 2011). No entanto, o governo (BRASIL, 2012a) afirma que este número é bem menor do que era nos governos passados, em que a pobreza extrema atingia quarenta e quatro milhões de habitantes.

Como se pode perceber, a miséria não é um problema pequeno. Por isso, a academia deve se preocupar com ela, seja na área das ciências sociais, em questões relacionadas à linguagem, à economia, à história, etc. e se debruçar sobre as manifestações sociais sobre/do tema e buscar oferecer, além de questionamentos sobre o seu funcionamento, propostas

⁵⁵ Para ilustração, deste total, 59,1% estão concentrados no Nordeste.

investigativas que apontem para causas e efeitos dessas manifestações, especialmente nos veículos de comunicação, como a mídia em geral que, segundo Navarro Díaz (2010, p. 06), “é um veículo que gera processos de mudanças, empoderamento dos indivíduos, fortalecimento das comunidades e liberação de vozes marginalizadas”.

E, se o estudo da linguagem tem que estar ligados às práticas sociais, ao uso real da linguagem no cotidiano dos usuários, tomar um veículo de comunicação do governo federal e se debruçar sobre a(s) identidade(s) que ele pode construir sobre a pobreza e sobre o pobre é enveredar pela construção das significações de mundo da sociedade – que estão num processo constante de transformação. O mesmo acontece quando tomamos os demais veículos aqui elencados: a revista *Veja* e a CUFA.

Bajoit (2009) elenca quatro formas de caracterizar os pobres, é o que ele chama de “rostos da pobreza”, são elas: a) Pobre como marginal⁵⁶; b) Pobre como explorado; c) Pobre como dependente; e d) Pobre como desafiado. É a partir destas distinções dos pobres que faremos nossas análises, sempre com o intuito de esclarecer em qual destas classificações o governo, a mídia e a representação da pobreza enquadram os pobres brasileiros e/ou a face da pobreza delineada.

Nosso foco é, então, mostrar como a pobreza e os pobres são apresentados nos textos escolhidos, com que mecanismos linguísticos o social é retratado e, ainda, como a ideologia e as significações sobre o pobre são externadas para uma vasta quantidade de leitores que recebem os discursos daqueles que têm poder-influência, ou seja, são capazes de fazer com que determinados grupos sejam, por exemplo, aceitos ou rejeitados pela sociedade.

Esclarecidas as formas e os intuitos deste trabalho, passemos, então, às análises propriamente ditas.

4. O discurso do governo federal

Para se averiguar como se processa o discurso do governo federal, foi tomado, dentre os *corpora* da dissertação que desenvolvemos, o texto “Dilma: tarefa mais importante do governo é acabar com a miséria”, pu-

⁵⁶ Que está fora do centro da sociedade, sem as conotações de criminalidade que é mais comum, atualmente, no meio social.

blicado na seção notícias do site oficial do plano Brasil sem miséria, no dia 30 de maio de 2012.

A notícia traz trechos do pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff na entrega do prêmio ODM Brasil, no dia 30 de maio de 2012. Estes trechos, três no total, abordam o tema do combate à miséria ou pobreza extrema do atual governo do Partido dos Trabalhadores. Segue o primeiro recorte:

Eu falo aqui de uma tarefa que tem de ser a tarefa mais importante dos nossos governos que é a tarefa de resgatar da pobreza, resgatar da extrema pobreza e da miséria milhões e milhões de cidadãos africanos, latino-americanos e caribenhos (...). Nós sabemos que essa é a tarefa mais importante de um governo, que é resgatar para a cidadania, para a condição de consumidor, trabalhador, produtor, cidadão a população dos nossos países (BRASIL, 2012b).

Tarefa significa, na maioria das vezes, um trabalho que se faz por obrigação, como tarefa da escola, tarefas de uma dona de casa, por exemplo. Esta palavra, repetida várias vezes no discurso da presidenta da república, configura-se como um recurso para aumentar a força do enunciado, (SOUZA, 2011) e é aqui entendida como a forma com que a Dilma escolheu para defender a obrigação dos governantes frente a este problema mundial: a pobreza extrema, e, de quebra, postular novamente seu compromisso assumido antes mesmo da abertura das urnas.

A tarefa de “resgatar da pobreza, resgatar da extrema pobreza e miséria” é caracterizada como “mais importante”, o que, analisado pelo processo de nominalização que, segundo a avaliatividade, faz parte do sistema de Atitude (MARTIN; WHITE, 2005), expressa uma apreciação positiva ao elemento que modifica, ou seja, o escopo de “mais importante” recai sobre “resgatar” e dá especial ênfase a atitude governamental, a responsabilidade do governo.

Ainda na parte textual, temos a repetição do verbo *resgatar*, o que sugere que as pessoas foram ‘perdidas’ e que é dever dos governos encontrar essas pessoas perdidas e auxiliá-las, dando-lhes condições para se encontrarem. A estratégia discursiva leva o leitor a entender que o governo brasileiro aqui se apresenta como um dos que estão trabalhando para isso e se propõe a trazer de volta ao seio da sociedade os que vivem na extrema pobreza e estão excluídos da sociedade.

Nós também mostramos que é possível preservar nossas florestas, nossa biodiversidade (...). É possível tudo isso e ao mesmo tempo crescer e é possível tudo isso e ao mesmo tempo desenvolver sua produção agrícola, sua produção industrial e seus serviços.

Outra palavra que é repetida é no discurso da presidenta é “possível”. Com isso, o interlocutor, que está recebendo influência do que Baloit (2008) chama de poder-influência⁵⁷, é levado a crer na mudança social proposta pela Dilma Rousseff, que, além de tudo, faz menção a melhoria da economia com o desenvolvimento dos três setores que seriam beneficiados pela ascensão do que ele trata como “os mais pobres”.

As pessoas nos lugares certos e na hora certa, elas mudam os processos e transformam a realidade. E por isso eu queria, de fato, aqui, fazer uma homenagem especial ao presidente Lula. Tenho certeza que faço essa homenagem pelo desempenho do presidente Lula em se comprometer no Brasil com a questão do desenvolvimento e da oportunidade para os mais pobres deste país. E o seu comprometimento internacional com a luta pela erradicação da pobreza nas regiões pobres do nosso planeta.

No último trecho de sua fala, há, novamente, a utilização do recurso de foco *repetição*, no entanto, a repetição, aqui, se dá não pelo mesmo item lexical, mas pelo campo semântico da mudança social em “mudam” e “transformam”. É importante ver, ainda, que esta mudança se dá não apenas pelo governo, mas por todas as pessoas, que nos “lugares certos e na hora certa” essa mudança acontecerá. Com isso, a pessoa mais poderosa da nação divide, de certa forma, seu poder (e sua responsabilidade), o que percebemos, aqui, discursivamente pela utilização de mais recursos de apreciação que valorizam os elementos do discurso, como a repetição de “certo/certa”, vinculados respectivamente a lugares e hora.

Van Dijk (2008, p. 89) afirma que “muito do poder ‘moderno’ nas sociedades democráticas é mais persuasivo e manipulador que coercitivo (uso da força) ou incentivador”. Desta maneira, com o objetivo de banir a miséria do Brasil, o discurso da presidenta opta a utilizar “mais pobres” para se referir àqueles que estão abaixo da linha da pobreza. O uso do advérbio de intensidade é uma maneira de fortalecer as ações do governo e mostrar a sua preocupação com aqueles com maior carência.

Percebemos, desta maneira, que, a partir dos recursos semânticos-discursivos, o governo pinta a imagem do pobre como um sujeito social desfavorecido e *marginal*, ou seja, que é pobre porque está “socializado numa subcultura diferente daquela da maioria das pessoas” (BALOIT, 2009, p. 92); e, ainda, como *dependente*, pois “não tem autonomia e não

⁵⁷ Adaptado por Pedrosa (2012). Baloit (2008) fala de cinco formas de poder, e, para facilitar a organização, optou-se por harmonizar a nomenclatura original.

tem sucesso, porque não tem capital social suficiente” (*idem*). É, portanto, com esta representação que o governo reforça sua imagem de poder, pois é quem tem a “tarefa” de “resgatar” o extremo pobre da exclusão social, e fornecer formas para que ele, através de distribuição de renda – que não está marcado textualmente, mas auferimos pela estrutura social –, ajude a movimentar a economia e se inserir (de volta) no centro da sociedade.

Já podemos perceber, por esta análise, que a relação entre a pobreza e a estrutura econômica do país é bem estreita. Na concepção de pobreza, temos o entendimento de incapacidade econômica e a solução a ser dada para se erradicar a pobreza está vinculada à capacidade de o sujeito social pobre poder auxiliar na movimentação econômica do país. Neste mesmo viés, temos outro discurso, o da revista *Veja*.

5. *O discurso da Veja*

Na matéria sobre a alta taxa de impostos no Brasil, da edição número 2269 da *Veja*, escrita por Marcelo Sakate, intitulada “O ralo dos impostos”, há um tópico intitulado Euforia de fôlego curto, e traz citações dos economistas Fabio Giambiagi e Armando Castelar, autores do livro *Além da euforia*. A matéria por completo, aborda a questão das altas taxas de juros no Brasil e o não repasse em serviços (de qualidade) para a população. Num trecho, a pobreza é abordada, bem rapidamente, e é sobre este trecho, apenas um parágrafo, que nos debruçamos para afeirir a imagem que a revista tem do pobre e da pobreza.

Eis o trecho

O Brasil entrou em um ciclo de prosperidade em 2004. Virando o capítulo da estabilização monetária, a inflação permaneceu estável e o real se valorizou. As pessoas e as empresas se beneficiaram do cenário de maior previsibilidade. A oferta de crédito deu um saldo e o consumo ganhou força. A taxa de desemprego caiu pela metade, de 12% para 6%. A renda dos mais pobres avançou em velocidade superior à dos mais ricos, e a desigualdade, embora ainda elevada, recuou a níveis mais baixos desde o início dos anos 70.

Ao falar em “ciclo de prosperidade”, forma de avaliação positiva do atual cenário econômico nacional, a revista *Veja* deixa postulado que isso terá um fim. Ao dizermos, ‘ciclo menstrual’, ‘ciclo de fabricação do Opala’, ‘ciclo de vida’, etc. pressupomos que esses ciclos têm um início e um fim. É uma forma da *Veja* desacreditar a ascensão que a economia brasileira está tendo, como mesmo afirma, desde 2004. Isso é reforçado

com a avaliação que acentua a desigualdade social brasileira como “ainda elevada”. Assim, o ciclo de prosperidade que reduziu em 50% a taxa de desemprego e mostrou que “a renda dos mais pobres avançou em velocidade superior a dos mais ricos” e está fadada a ter um fim.

Percebe-se que os termos “mais pobres”, utilizados pelo discurso governista, também é utilizado pela mídia. Porém, aqui a mídia não trata dos miseráveis, como se vê no discurso do governo. Como o tópico do parágrafo é a relação crédito-trabalho-consumo, percebe-se que a inclusão do pobre no mercado de trabalho o conduz à capacidade de consumo e, também lhe dá acesso ao crédito. Neste viés a revista se propõe a mostrar o avanço econômico e o favorecimento dos menos favorecidos se dá por meio do emprego, diferentemente do que diz o governo.

Por este pequeno excerto, percebemos, podemos entender que a mídia, precisamente a revista *Veja*, acredita que a pobreza é algo que nunca irá desaparecer no nosso país, já que mesmo com todos os esforços, a desigualdade continua “elevada”. A mensagem, aqui, é que, mesmo com a taxa de desemprego baixa, mesmo com a desigualdade tendo caído como nunca visto desde a década de setenta do século passado, ainda é algo presente e inerente a esta nação. Não obstante, os resultados como “oferta de crédito” e a “força” que obteve o consumo são decorrentes do “cenário de maior previsibilidade”, que não tem um agente. Sabe-se, diante do cenário nacional, que esse “cenário de maior previsibilidade” é o resultado de políticas governamentais, que o governo enfatiza ao dizer que partiram da ação do governo e do “desempenho do presidente Lula em se comprometer no Brasil com a questão do desenvolvimento”, fato que a revista ignora textualmente.

Termos como “carentes” e de “de baixa renda” não aparecem nos exemplos recolhidos, o que sugere uma tentativa de mudar a imagem dos pobres, uma vez que “carente”, “abaixo da linha da pobreza” etc. emprestam um sentido pejorativo, de inferioridade aos menos abastados. Porém, isso não nos impede de defender que o pobre é descrito igualmente como *marginal* neste trecho, pois ele é excluído socialmente, “é estigmatizado (e enclausurado em sua cultura, no seu estigma pelo olhar dos outros)” (BAJOIT, 2009, p. 92) que só enxergam o outro pelo viés econômico. Esta imagem é construída de acordo com os já citados “carentes” e “abaixo da linha da pobreza”, e explicitado através de “desigualdade social” que vincula toda a estrutura social a capacidade do sujeito de movimentar a economia, de participar ativamente da produção e capital.

O próximo – e último – excerto a ser analisado tem a voz da representação da pobreza. Se, no primeiro tivemos o governo, no segundo, a mídia, agora temos uma organização que representa os pobres e, portanto, tende a ser reflexo da identidade desse pobre. Vejamos como o texto organiza a pobreza.

6. O discurso da CUFA

O trecho da CUFA analisado foi retirado do blog da CUFA do Maranhão, e traz o discurso indireto do coordenador regional da Central Única das Favelas em Riachão, município maranhense. A notícia intitulada como “CUFA promove curso de qualificação profissional em parceria com o SENAI em Riachão” fala da importância de um dos projetos culturais que promove/apoia no combate à exclusão social e pobreza.

O coordenador da CUFA Riachão, Jader Moreira, ressalta a felicidade dos novos aprendizes que não perderam a oportunidade de obter qualificação nesta área, estando (inclusive) ele mesmo integrando o grupo. Jader ressalta ainda que o curso mostrar-se-á como uma oportunidade única para os trinta jovens, que no momento encontram-se desempregados e sem qualificação para o mercado de trabalho, quando muitos deles já possuem a responsabilidade de sustentar filhos.

Os jovens – descritos como “desempregados e sem qualificação”, adjuntos que, de acordo com a avaliatividade, criam um processo de atitude, e, no caso, emprestam uma imagem pejorativa aos que são assistidos pela organização não governamental – também aqui são entendidos como uma engrenagem da roldana econômica, já que devem ser qualificados para o “mercado de trabalho”. Aqui, é marcada claramente a imagem do pobre: ele é, de acordo com Bajoit (2009), *marginal e dependente*, pois é excluído socialmente por estar fora do mercado de trabalho.

A CUFA se mostra como uma organização salvadora, pois é aquela que proporciona o curso, apresentado como “oportunidade única”. Em um processo de apreciação, a organização é postulada como excepcional, condição *sine qua non* para que o pobre deixe de ser “desempregado e sem qualificação”, o que pode ser percebido pela maneira como é explicitado no texto, ou seja, através de um processo de nominalização é apresentada a responsabilidade a ação de sustentar os filhos que muitos dos “desempregados e sem qualificação” têm. Desta maneira, a CUFA, de acordo com seu discurso, promove benefícios não só para o indivíduo, mas para toda sua família.

Em certa medida, o texto nos encaminha também para o entendimento de um pobre que tem capacidade de agir, de aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas, já que eles “não perderam a oportunidade” para se qualificarem profissionalmente. A organização, então regozija-se com a “felicidade dos novos aprendizes que não perderam a oportunidade de obter qualificação” e demonstra que a ação do jovem em se qualificar é necessária para que ele se insira no mercado de trabalho.

É importante que percebamos que o foco utilizado aqui, embora a finalidade seja a conquista do emprego, esteja na qualificação profissional, o que nos leva ao entendimento de um discurso mais preocupado com o indivíduo social, com o agente e a sua capacidade de se valorizar e se mudar para, em seguida, mudar o seu entorno. O mero oferecimento de um curso profissionalizante atende, por certo, ao mercado, mas o que se vê na ênfase aqui posta é um discurso voltado para o indivíduo, primeiramente, e apenas posteriormente para uma relação desse indivíduo com a (re)produção econômica e a geração de capital.

7. *Considerações finais*

Tanto o governo, quanto a mídia e os representantes dos pobres caracterizaram o pobre como *marginal*, ou seja, como aqueles que são excluídos do seio da sociedade e incapazes de auxiliar na movimentação econômica. Por esta razão, não compartilham dos mesmos benefícios, da mesma infraestrutura e até mesmo da mesma cultura que as classes mais abastadas. Em todos os textos analisados essa “inclusão” dar-se-ia pelo viés do emprego, de sua participação na economia.

Porém, devemos destacar nestas análises que a imagem dos pobres construída pelo Governo Federal e pela CUFA tende a postular os que vivem nas classes menos abastadas como *dependentes*, como aqueles que, por si só, não têm condições de ascender socialmente, não são autônomos, não são confiantes (BAJOT, 2009). Porém, há uma maneira diferente de se abordar esse pobre, pois, enquanto o governo “resgata”, a CUFA dá oportunidade, oferecendo cursos qualificatórios.

Em certa medida, tanto o Governo Federal quanto a CUFA, uma ONG, precisam mostrar para o público que estão fazendo cumprindo o que a sociedade espera de si, e o fazem criando uma identidade para cada um deles: o governo, o salvador; a CUFA, aquela que proporciona condições. No discurso governamental, a voz do pobre é calada, ele é resgata-

do; no da CUFA, esse pobre é agente de sua mudança, pois não perde a oportunidade; já no discurso da revista *Veja*, representante da mídia em geral, o pobre não tem uma voz explícita: é tratado como meros números da economia e o que importa é saber que “a renda dos mais pobres avançou”.

Uma vez que “estas identidades estruturam-se, antes de mais, sobre a contribuição para a produção de riquezas através do trabalho, logo, sobre critérios profissionais” (BAJOIT, 2006, 156), e por ela ser criada pelo Governo, pela mídia e pela representação da pobreza acaba, que, neste caso, possuem veículos midiáticos de vasto alcance, acabam influenciando na identidade que toda sociedade, inclusive os próprios pobres, terão daqueles que estão na base da pirâmide social. Evidentemente, esses excetos aqui apresentados são o início de uma discussão que está muito distante de ser conclusiva, pois faz parte das primeiras incursões analíticas de um trabalho maior, uma dissertação que pretende investigar a fio a(s) image(m/ns) que o Governo Federal, a mídia, e a representação da pobreza constroem para os pobres e, conseqüentemente, para a própria pobreza.

Assim dito, a questão inicial que suscitou nossa discussão, a saber ‘o problema da exclusão social causada pela pobreza (extrema ou não) é solucionável apenas com distribuição de renda?’ obtém, pelos discursos analisados, uma resposta negativa, já que os textos nos encaminham para a verificação da construção de identidades sociais/discursivas como um meio de se mudar a concepção de pobreza e, por conseguinte, das formas com que ela se presentifica na sociedade.

Por ora, diante do que temos aqui exposto, podemos defender que: a) o governo constrói para si uma identidade de salvador e, por conseguinte, do pobre como aquele que carece de um herói que o salve; b) os representantes da pobreza constroem para si uma identidade de par, daquele que traz oportunidades, e do pobre como aquele que busca as oportunidades e se esforça naquilo que o fará mudar; e c) a mídia que constrói para si uma imagem neutra e ignora o pobre, tratando-o apenas como um número.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: BALSÁ, C. M; BONETI, L. W; SOULET, M. *Con-*

ceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional. Ijuí: Unijuí, 2009.

_____. *Tudo muda*: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Unijuí, 2006.

BRASIL. *Brasil sem miséria*: apresentação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br>> Acesso: 27-02-2012a.

_____. Dilma: tarefa mais importante do governo é acabar com a miséria. In: BRASIL. *Brasil sem miséria* 30.05.12 <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/noticias/noticias-geral/dilma-tarefa-mais-importante-do-governo-e-acabar-com-a-miseria>>. Acesso em: 11-06-2012b.

_____. *O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do Censo 2010*. Nota do MDS. Brasília, 02 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf>. Acesso em: 11-11-2011.

CUFA MA. *CUFA promove curso de qualificação profissional em parceria com o SENAI em Riachão*. Disponível em: <<http://cufariachao-ma.blogspot.com/2012/01/cufa-promove-curso-de-qualificacao.html>>. Acesso em: 07-04-2012.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Traduzido por Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Universidade de Brasília, 2008 (reimpressão).

_____. *Language and globalization*. New York: Routledge, 2006.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. Longon: Palgrave, 2005.

MEDEIROS, João Luiz. A identidade em questão: Notas acerca de uma abordagem complexa. In: DUARTE, Maria Beatriz (Org.). *Mosaico de identidades*. Curitiba: Juruá, 2009.

NAVARRO DÍAZ, Luis Ricardo. *Entre esferas públicas y ciudadanía, las teorías de Arendt, habermas y Mouffe aplicadas a la comunicación para el cambio social*. Barranquilla (Colombia): UNINORTE, 2010.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Abordagem sociológica e comunicacional do discurso: uma proposta para análise crítica do discurso*. 2012 [cedido pela autora].

SAKATE, Marcelo. O ralo dos impostos. *Veja*, nº 2269, 16-05-2012, p. 84-85. São Paulo: Abril, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Anderson A. Gradação: força e foco. In: VIAN JR, Orlando; _____; ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade. São Carlos: Pedro & João, 2011, p. 191-204.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.